

Professores ficam sem receber o 13º e as férias

Alunos da rede pública de ensino poderão começar o ano letivo de 2000 com 15 dias de atraso

Ana Maria Campos
Da equipe do **Correio**

Hoje é dia de diretores do Sindicato dos Professores montarem acampamento na ante-sala da secretária de Educação, Eurides Brito. Foi assim que eles conseguiram audiência com o secretário de Fazenda, Valdivino de Oliveira, há uma semana, para tratarem do atraso no pagamento de férias e da antecipação do 13º salário do ano 2000. Naquela ocasião, eles saíram do gabinete com a promessa de que os pagamentos seriam depositados ontem. Mas isso não aconteceu.

Por conta disso, eles reuniram-se no início da noite de ontem com o secretário-adjunto de Fazenda, Afrânio Souza, para cobrar a promessa. O pagamento dos benefícios deveria ter sido feito no dia 5 de janeiro, ou seja, 48 horas antes do início das férias coletivas da categoria. Mas, de acordo com Valério Campos, chefe de gabinete do governador Joaquim Roriz, o pagamento não foi feito porque o governo federal — que paga os salários das áreas de Educação, Saúde e Segurança — não teria repassado as verbas para o GDF.

Agora, a situação é diferente.

Segundo Francisco Soares, diretor do Sinpro, o secretário-adjunto lhe garantiu que os recursos já foram liberados às secretarias para que realizassem o pagamento dos servidores. “Agora dependemos da secretária Eurides”, afirma Soares. “Mas ela não nos recebe para negociar. Ao contrário, tem sido omissa com a categoria”, reclama.

PAGAMENTO

Soares diz que, para a diretoria do sindicato, as férias dos professores e auxiliares de ensino ainda não começaram porque o pagamento não foi feito. “Há professores que viajaram, esperando que o dinheiro fosse depositado. Como isso não ocorreu, eles não têm condições de voltar para casa e ainda passam por constrangimentos nos hotéis”, afirmou. “Outros sequer puderam começar a gozar as férias”.

Isso significa que os alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal poderão começar o ano letivo de 2000 com, no mínimo, 15 dias de atraso. O sindicato já marcou assembleias regionais com a categoria para os dias 8 e 9 de fevereiro. No dia 10, haverá uma assembleia geral. “Vamos levar nossa posição de des-

Raimundo Paccó 17.8.99



Os professores poderão entrar em greve no início do próximo mês

contar esses dias de atraso do pagamento de férias para deliberação dos professores e auxiliares”, antecipa Francisco.

Além dessa, outras questões podem atrasar o início das aulas na rede pública. A categoria tem outras 92 reivindicações. A lista é grande, mas o Sinpro vai concentrar as negociações em pontos que considera fundamentais: reajustes salariais de 28% — promessa de campanha do então candidato Joaquim Roriz — e de 54% para repor perdas acumuladas a partir de 1995; pagamento de tíquete-alimentação — suspenso em 1995 — com valores equiparados aos dos servidores da Câmara Legislativa do DF; reformulação do plano de carreira da categoria; incorporação de 21,57% da Tidem (gratificação

por dedicação exclusiva) e redução do desconto previdenciário de 12% para 6%.

Nas negociações com o governo, o Sinpro também quer discutir a política educacional adotada por Eurides Brito. O sindicato não aceita o fim da gestão democrática das escolas públicas do DF, provocado pela aprovação de uma lei de autoria do governo, em setembro do ano passado. Também é contra a redução da carga horária de algumas disciplinas do Ensino Médio, como Matemática e Português, para a inclusão de Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso.

Os secretários de Educação, Fazenda e o de Assuntos Sindicais, Vatanábio Brandão, foram procurados, mas não atenderam aos recados do **Correio**.